



UMA TENTATIVA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DOCUMENTAL DA ANTIGA COMARCA DO RIO DAS MORTES, EM MINAS GERAIS

José Antônio de Ávila SACRAMENTO¹

“Mal ou bem, mais mal do que bem, o Brasil já tem seu estoque de cultura-inerte; trata-se agora de fazê-lo circular, de torná-lo ação.” (Teixeira Coelho)

O descaso com a documentação é um problema grave; a destruição e a falta de cuidado com os documentos é uma agressão, uma espécie de extermínio da memória nacional. Por alegações de falta de espaço, mera ignorância e muitas outras causas, nenhuma justificável, a nossa memória se esvai, sob a alegação de que “são papéis velhos sem importância...”. Para fugir desses problemas torna-se necessário implementar formas viáveis e eficientes de proteção e preservação do nosso patrimônio cultural, principalmente das partes que ainda estão em condições de serem salvas². Esses registros de época despertam a nossa

⁽¹⁾ Atual Diretor Executivo do Centro Regional de Documentação das Vertentes.

⁽²⁾ Hoje, fala-se muito em preservação. E entendemos que se fala com atraso, pois o silêncio, o descaso, a negligência, a falta de visão, o pragmatismo inconsequente, o progressismo cercado de negociatas e o comodismo foram responsáveis por perdas irreparáveis. Em São João del-Rei, a perda que mais se evidencia, obviamente, foi a arquitetônica. Por falta de uma política explícita, sabemos, os são-joanenses, o quanto a cidade foi desfigurada, permitindo-se que um valioso patrimônio visual fosse substituído por construções de gosto duvidoso. (Braga & Ramalho, 2002)

curiosidade para a pesquisa e a nossa capacidade crítica de historiador, levando-nos a pensar e a obter conclusões, as quais representam a análise e a avaliação dos relatos registrados.

Não temos ainda, infelizmente, a consciência histórica bem formada; sendo ainda mais claro, não temos a exata dimensão da importância dos arquivos. As pessoas, muitas das vezes, guardam ou destroem livros, cartas, fotografias, jornais e outros papéis com objetivos imediatos. Em nossa região, a maioria dos arquivos não tem segurança, não tem endereço certo, não está disponível, não dispõe de verba para manutenção e conservação e nem dispõe de pessoal habilitado ou disposto a ajudar nas buscas³.

A História, como se sabe, não é uma “coisa morta”. Coisa morta é “lenda”, que se faz na falta de História. “Coisa morta” é escrever sobre um passado a que não pertencemos, sem a análise de material pertinente, possibilitando que a nossa imaginação crie panoramas sem a garantia de autenticidade. A História é o fato, o documento, o acontecimento político, a condição sócio-econômica de um exato momento, é a concepção real e fundamentada dos acontecimentos; sendo assim, a idéia de se escrever um relato “a posteriori”, diante de um contexto e sem testemunhas, não é recomendável, pois isso seria ficção. Para evitar que isso aconteça socorremo-nos do testemunho dos documentos, os quais devem ajudar a composição de um retrato mais aproximado daquilo que ocorreu.

A necessidade de organizar arquivos, bibliotecas e proteger o Patrimônio Cultural desta cidade, não apenas o patrimônio material ou tangível, mas também o patrimônio imaterial ou intangível⁴, a despeito dos

⁽³⁾ Esses acervos, públicos e privados, encontram-se atualmente dispersos. Alguns, bem guardados, outros, nem tanto, para não dizer a caminho da perda total. Disponível, teórica e praticamente, apenas o acervo do IPHAN. (Braga & Ramalho, 2002)

⁽⁴⁾ A expressão de uma cultura não se restringe àquilo que é mais visível e tangível; as concepções do espírito humano são elaboradas e registradas de várias formas, das mais generalizadas às mais específicas. Por isso, os coordenadores do projeto, aqui apresentado, entendem que é absolutamente necessário salvar os acervos documentais, sobretudo os escritos, antes que estejam definitivamente perdidos, quer pela ação inexorável do tempo, quer por outros elementos destruidores, que atuam de modo fortuito ou constantemente. (Braga & Ramalho, 2002)

esforços empreendidos pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, quase nunca é encarada com disposição ou boa vontade política do Poder Público, embora essas iniciativas sejam um meio eficaz de se fomentar a atividade turística, privilegiando a nossa tão propalada vocação cultural, que rende divisas e gera oportunidades de trabalho⁵. Nossa memória (brasileira, mineira e são-joanense), embora rica, é ainda bastante desconhecida e carece de maiores estudos e melhores cuidados. Há documentos conhecidos que estão sendo destruídos por diversos motivos; há, ainda, aqueles acervos desconhecidos, que permanecem nos fundos das gavetas, nas velhas estantes (mofados ou sendo corroídos pelas traças), nos arquivos eclesiásticos, nos álbuns de fotografias, nas velhas casas, muitas das vezes sob as goteiras, sendo corroídos por térmitas e ratos, estando assim impedidos de “dizer-nos” alguma coisa. Salvar a nossa memória, principalmente aquela que ainda não está irremediavelmente perdida é uma necessidade urgente.

Sobre o descaso com a memória, vale a pena transcrever o que se segue:

Infelizmente, ainda temos vestígios da mentalidade subservientemente colonizada, na qual se privilegia o que ocorre na metrópole e se despreza

⁽⁵⁾ Mesmo com as dificuldades atuais, a da dispersão e a da difícil disponibilidade, os acervos de São João del-Rei e da região são procurados por pesquisadores de diversas áreas. Com a criação do Centro Regional de Documentação das Vertentes, temos a absoluta certeza de que as pesquisas aqui realizadas serão ampliadas em quantidade e qualidade. São João del-Rei poderá transformar-se num pólo de atenção nacional e internacional, em fimção da importância dos seus acervos, bem como pelo tratamento dado a esses acervos. Além disso, estaremos contribuindo de maneira concreta para a organização de parte dos atrativos culturais disponíveis a ser inserida no grandioso produto turístico Estrada Real e suas Variantes, que ora se implementa no Estado de Minas Gerais. Devidamente equipado e em efetivo funcionamento, o Centro Regional de Documentação das Vertentes será um exemplo para outros pólos culturais que se estendem de Diamantina a Parati, abrangendo importante região, onde aconteceu parte substancial da História do Brasil. (Braga & Ramalho, 2002)

o que acontece ao nosso redor. A própria Biblioteca Municipal Baptista Caetano de Almeida, fundada em 1824, que tem seus méritos inegáveis, possui algumas obras raras, que dão ensejo ao cidadão comum de São João del-Rei gabar-se de que ali há uma coleção completa da “Gazette Nationale”, ou “Le Moniteur Universel”, no qual há o processo de Maria Antonieta, que ele jamais leu ou lerá. Entretanto, esse mesmo cidadão comum nunca ouviu falar, por exemplo, que Basílio de Magalhães escreveu e editou mais de uma centena de obras, além de uma infinidade de artigos de jornal, e que naquela mesma biblioteca só existem seis títulos da extensa obra do notável e esquecido polígrafo. Também desconhece o fato de que o professor Antônio Rodrigues de Melo escreveu mais de 20 peças teatrais, entre o fim do século XIX e início do século XX, conforme anunciavam os jornais de sua época, e, no entanto, só temos uma disponível. Somente agora, algumas instituições têm valorizado a recuperação de suas histórias, e já tivemos a oportunidade de constatar pessoalmente o esforço desenvolvido, por exemplo, pelo Regimento Tiradentes, pela Loja Maçônica Charitas II, pela Santa Casa da Misericórdia, pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário, instituições centenárias da cidade, as quais têm reservado tempo e recursos financeiros para reconstituir seus passados de forma sistemática e organizada. Não raro, verificam as lacunas, provocadas pela perda de documentos importantes. (Braga & Ramalho, 2002)

Essa preocupação, decerto, foi a que (co)moveu o prof. Oyama de Alencar Ramalho⁶ a idealizar e fomentar a criação de um “Centro Regional de Documentação” na nossa cidade⁷. Capturar os documentos, através de tecnologia digital e disponibilizá-los para a consulta pública através de CD-ROM’s, era uma brilhante e necessária idéia que atenderia também aos objetivos culturais da Academia de Letras⁸, viabilizando uma

⁽⁶⁾ O professor, pesquisador e escritor Oyama de Alencar Ramalho foi o idealizador do Centro de Documentação enquanto presidente da Academia de Letras de São João del-Rei no biênio 2001-2002. Trabalhou incansavelmente pela sua instalação e montagem; ainda vem prestando orientação e relevantes serviços ao Centro, sempre de forma bastante objetiva e eficaz.

⁽⁷⁾ Os acervos documentais existentes na cidade e na região formaram-se de acordo com o imperativo dos procedimentos de cada época. Com a transformação do arraial na Vila de São João del-Rei, em 8 de dezembro de 1713, primeiro, certamente apareceram os documentos da administração colonial. Os cartoriais surgiram a partir de 6 de abril de 1714, quando a vila foi instituída como cabeça de vastíssima comarca. Concomitantemente a Igreja Romana, vinculada à Coroa, fazia as escritas de praxe, determinadas pelas Ordenações Filipinas, ou seguindo suas antiqúissimas tradições. No decorrer do tempo, várias instituições foram criadas, escolas, orquestras, organizações militares, associações civis de várias naturezas, todas elas registrando aquilo que lhes era peculiar. Além disso surgiram pessoas que produziram trabalhos intelectuais e literários, editaram livros, revistas, álbuns, tiraram fotografias, fundaram inúmeros jornais, esculpiram imagens, compuseram músicas e pintaram quadros. Nesse meio, é digna de nota a criação da Biblioteca Pública (que hoje tem o nome de seu fundador: Baptista Caetano de Almeida), no longínquo 1824, possuidora de importantíssimo acervo de obras raras. (Braga & Ramalho, 2002)

⁽⁸⁾ Na verdade dois projetos deram origem a idéia do Centro Regional de Documentação. O primeiro, surgido na Academia de Letras de São João del-Rei, pretendia criar a Biblioteca de Autores São-joanenses, para que se pudesse reeditar as obras esgotadas ou supostamente perdidas. Num levantamento sumário, foram catalogados mais de uma centena de autores, alguns, responsáveis por vasta obra, como é o caso de Basílio de Magalhães. O segundo, nascido no âmbito da Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei (agora Universidade Federal de São João del-Rei, a partir de 21 de abril de 2002), pretendia colocar à disposição dos interessados o acervo que foi a Biblioteca do Club Teatral Arthur Azevedo, fundado em 1905. Naquela agremiação cultural, ao longo de 80 anos, foram encenadas peças de autores nacionais, internacionais e locais, sempre com grande sucesso. O acervo original está sob a guarda do Grupo de Pesquisas em Artes Cênicas-GPAC, da própria FUNREI. A pretensão, tanto do primeiro como do segundo projetos, evoluiu para um empreendimento mais amplo: por que não organizar um centro de documentação que contemplasse a preservação de todos os acervos da cidade e região? Foi aí que surgiu a idéia de um Centro Regional. (Braga & Ramalho, 2002)

das metas da gestão presidencial referenciada. A idéia da criação do Centro foi também, naturalmente, o resultado das dificuldades observadas pelo pesquisador e escritor, que constatou a grave deterioração das nossas fontes documentais primárias e a grande dificuldade de consultá-las. A organização de um acervo documental, da cidade e região, preservados e reunidos, disponíveis para pesquisas era um desafio a ser perseguido. O Centro de Documentação *“foi organizado tardiamente, mas ainda em tempo para mobilizar os proprietários de quaisquer tipos de documentos importantes, com o intuito de salvá-los da destruição.”*

Então, de acordo com o que se pretende fazer, são passíveis de captura todos os documentos colocados à disposição do Centro, inclusive aqueles que constituem patrimônios de famílias e são alvos de justificados ciúmes, pois após a captura, esses acervos permanecerão com os proprietários, uma vez que apenas suas imagens serão armazenadas no Centro, em espaço físico bastante restrito (os discos armazenam muita informação em pouco espaço, são fáceis de guardar, serão lidos através de computador e impressos ou copiados, se assim for a preferência do consulente). Creio que esse fator – o de que o Centro não guardará documentos originais – é elemento facilitador para a captura anteriormente mencionada.

Com o avanço das novas tecnologias, sobretudo a da multimídia, optamos pelos processos digitais, levando-se em conta os seguintes motivos: baixíssimo custo operacional; fácil acesso para pesquisadores e interessados, através de microcomputadores e da Internet; estamos buscando utilizar o procedimento atual dos grandes centros de documentação e museus, existentes no país e no mundo.

É, então, de suma importância que a população e as nossas entidades públicas e privadas, religiosas e militares, colaborem com os propósitos do Centro Regional de Documentação das Vertentes, associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, instalada em 08 de janeiro de 2002, com sede e foro nesta cidade⁹. Ao ser aprovado o seu

⁹ O CRDV encontra-se instalado (provisoriamente) no espaço físico da sede da Academia de Letras de São João del-Rei, ou seja, na Praça Frei Orlando – 90-F – CEP 36307-352 – São João d’El-Rey – MG.

Estatuto, que já vinha sendo discutido desde o ano de 2001, os associados fundadores elegeram o Conselho de Administração, que, por sua vez, designou a Diretoria Executiva.

Na ocasião, esteve presente o renomado especialista em processos digitais, o empresário dr. Miguel Francisco Pacheco e Chaves (RCS ArteDigital/SP) que trouxe na bagagem seus mais recentes trabalhos realizados:

- *Iconografia Brasileira: Coleção Itaú*. São Paulo: Itaú Cultural Contra Capa Livraria, 2001.
- *Brasil 50 mil anos: Uma viagem ao Passado Pré-Colonial*. São Paulo: Ipsis Gráfica Editora/USP, 2001.
- *Bia Corrêa do Lago. Coleção Visões do Brasil. Augusto Stahl*. Editora Capivara, 2001.
- *Pedro Karp Vasquez. Coleção Visões do Brasil. Revert Henrique Klumb*. São Paulo: Editora Capivara, 2001.
- *Pedro Corrêa do Lago. Coleção Visões do Brasil. Militão Augusto de Azevedo*. São Paulo: Editora Capivara, 2001.
- *George Ermakoff Coleção Visões do Brasil. Juan Gutierrez*. São Paulo: Editora Capivara, 2001.

Fez ainda uma explanação bastante ilustrativa e com bastante conhecimento de causa sobre a importância dos processos digitais, afirmando: “*documentos importantes são documentos conhecidos pelo público*”.

É preciso compreender, afinal, que a captura dos acervos e seu condensamento em CD-ROM's, por si só, com tudo o que significa de zelo e de guarda para o futuro, não teria sentido se não fosse para colocá-los à disposição do público. Guardar e mostrar é, se assim podemos dizer, a “alma” do Centro.

Durante a execução dos trabalhos de captura dos acervos, o Centro de Documentação incentivará os proprietários das fontes primárias

a guardá-las de acordo com as técnicas adequadas de arquivamento, podendo, inclusive, sugerir ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural a tombar esses acervos¹⁰. O Centro Regional de Documentação das Vertentes poderá ser interligado em rede com outros centros, colocando os acervos capturados na Internet. A criação do Centro vem ao encontro da necessidade primordial de também organizar os nossos acervos culturais como atrações de produtos turísticos.

Na verdade, concentrando esforços na criação e consolidação de um arquivo de toda esta rica região da antiga Comarca do Rio das Mortes, várias entidades entenderam a proposta e já manifestaram formalmente seus apoios a criação e instalação do Centro Regional de Documentação.¹¹

Penso que somente assim, com os nossos documentos preservados através de iniciativas como a do Centro Regional de Documentação das Vertentes, estaremos livres de um dia, nós ou nossos filhos, precisarmos de travar infelizes conversações com vermes, como o “*Dom Casmurro*” de Machado de Assis:

“Catei os próprios vermes dos livros, para que me dissessem o que havia nos textos roídos por eles.

- *Meu senhor, respondeu-me um longo verme gordo, nós não sabemos absolutamente nada do que roemos, nem escolhemos o que roemos, nem amamos ou detestamos o que roemos; nós roemos.*”

⁽¹⁰⁾ Ao preparar um acervo para ser capturado, será uma boa oportunidade para sugerir ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural o tombamento do referido acervo ou até de documentos específicos, cujo valor histórico seja relevante, aumentando a responsabilidade social dos proprietários. (Braga & Ramalho, 2002)

⁽¹¹⁾ Na prática a criação do Centro Regional de Documentação das Vertentes foi precedida do convencimento dos diversos proprietários de acervos históricos e entidades representativas, buscando a união em torno do esforço comum de salvar uma parte significativa do nosso patrimônio cultural. As manifestações formais atestam o empenho da comunidade de São João del-Rei e da região das Vertentes nesse sentido. (Braga & Ramalho, 2002)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, A. C. Navarro de. In *Arquivos, Patrimônio e Memória-Trajetórias e Perspectivas*/organizadora Zélia Lopes da Silva. -São Paulo: editora UNESP: FAPESP, 1999. – (Seminários & Debates).

ATA DE INSTALAÇÃO DO CENTRO REGIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DAS VERTENTES-CRDV, São João d'EI-Rey, MG. 08 de janeiro de 2002.

BRAGA, Cláudia Mariza & RAMALHO, Oyama de Alencar. *Proposta de organização do Centro Regional de Documentação das Vertentes*. (Projeto interinstitucional, apresentado à F APECIFUNREI (Universidade Federal de São João del-Rei), que atuou como empreendedora visando a captação de verbas para a montagem e aparelhamento do CRDV, utilizando-se dos benefícios da Lei de Incentivo à Cultura. São João d'EI-Rey, MG, 2002.

ESTATUTO DO CENTRO REGIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DAS VERTENTES, São João d'EI-Rey, MG. 08 de janeiro de 2002.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Dom Casmurro*. 1899.

RAMALHO, Oyama de Alencar. *Centro Regional de Documentação das Vertentes*. In *Jornal Sindcomércio*, n. 14, p.2, São João d'EI-Rey, MG. Dezembro de 2001.

SAO PAULO (cidade). SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* / DPH. São Paulo: DPH, 1992.

